

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

4 abr 2017 | O Globo

A Justiça em julgamento

Começa hoje, às 9h, em Brasília, um julgamento sobre o modo como se faz política e justiça no Brasil. Aberto ao público, será um acontecimento ímpar, porque vai permitir aos governados entender, avaliar e tirar conclusões sobre o funcionamento das instituições.

O processo é sobre a arquitetura e o poder do dinheiro na vitória da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer durante a disputa presidencial de 2014. Numa época de desencanto com a política, a análise do comportamento de governo, partidos e empresas vai incluir, também, a apreciação da qualidade de atuação da cúpula do Judiciário. Agora, a Justiça

— também estará em julgamento. A diferença (R\$ 1,9 por voto) foi paga de forma

Pelo rito do Tribunal Superior Eleitoral, a ilegal por um único grupo privado, Odebrecht, abertura será feita pelo juiz Herman Benjamin com entregas de dinheiro vivo no Brasil e com um resumo da investigação. A exumação transferências bancárias no exterior. das finanças eleitorais do PT-PMDB deve durar Odebrecht afirma que 44,6% desse fluxo de capital quatro dias. O juiz-relator deve apresentar seu para a chapa Dilma-Temer tiveram origem na voto — determinar a existência ou não de crime compra de uma Medida Provisória (nº 470, conhecida de abuso de poder, uso de dinheiro de origem como Refis da Crise) no fim do governo Lula. ilícita e influência no resultado das urnas, "Foi uma contrapartida específica", confessou em com prejuízo irreparável ao sistema político. juízo Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira.

As provas coletadas em dois anos e três meses Ele relatou pagamento de R\$ 50 milhões para de inquérito demonstram ser falsa a declaração garantir privilégios e isenções tributárias às suas apresentada pela chapa Dilma-Temer ao empresas no Refis da Crise: "A gente conseguiu algo TSE com um gasto de R\$ 420 milhões, em valores que era pelo menos razoável para a gente." atuais. Sobram evidências de que, no mínimo, a reeleição custou 25% mais.

Na contabilidade oficial, a vitória de Dilma-Temer foi obtida com uma despesa de R\$ 7,7 por cada voto (foram 54,5 milhões de votos no segundo turno). A investigação do TSE mostra que o custo desse triunfo foi bem maior, de R\$ 9,6 por cada voto recebido.

Odebrecht não foi o único a encher o cofre da campanha de 2014 com dinheiro de propina, a "contrapartida específica", no eufemismo engravatado. Os autos estão repletos de exemplos sobre o milionário fluxo ilegal de dinheiro de fornecedores do governo para pagamentos de despesas de Dilma-Temer.

Uma das características desse processo é sua publicidade, como ocorre com as ações da Operação Lava-Jato. São 27 volumes, com oito mil páginas, acessíveis ao público na página do TSE na internet. Ainda existem partes ocultas, por causa do sigilo que o Supremo Tribunal Federal insiste em manter sobre transações da Odebrecht e outros no financiamento de políticos e partidos.

A longa duração do sigilo judicial corrói a confiança na Justiça, porque só beneficia a minoria delinquente no poder. Como lembra o decano da Câmara, deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), governos temem muito mais a revelação de seus atos do que movimentos de tropas nas ruas.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)